

Demonstrações Financeiras

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

31 de dezembro de 2017 e 2016
com Relatório do Auditor Independente

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstração do fluxo de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.
São José dos Pinhais - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Capitalização de gastos no ativo intangível de concessões

Os contratos de concessões rodoviários representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela norma contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, no qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores, e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas 9 e 14.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo intangível da concessão envolvem a utilização de premissas, julgamentos e a manutenção de controles por parte das administrações das concessões de rodovias, já que essas capitalizações podem não estar de acordo com as obrigações previstas no contrato de concessão e, quando previstas, podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizadas.

Como nossa auditoria tratou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle desses ativos incluíram, dentre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessões das investidas, incluindo aquelas relacionadas ao método de percentual de conclusão das obras; (ii) a realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível de concessões, incluindo validações com a área de engenharia das medições realizadas de acordo com o andamento das obras, confronto com os contratos de prestações de serviços e ou notas fiscais relacionadas; (iii) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessões, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão e (iv) inspeção física, em base amostral, das obras realizadas. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre teste de capitalização de gastos no ativo intangível de concessões, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de capitalização dos gastos, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessões para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Transações com partes relacionadas

A Companhia e suas controladas realizam transações com partes relacionadas com natureza diversas, as quais incluem contratos de mútuo financeiro, adiantamento para futuro aumento de capital social e transações operacionais, como a prestação de serviços de construção e manutenção rodoviárias, entre outros. As transações, saldos e condições contratuais significativas, estão divulgadas na nota explicativa 12.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido a representatividade de transações com partes relacionadas, à possibilidade de que essas transações sejam acordadas ou registradas por valores inadequados aos estabelecidos pela Companhia, fora do período de competência, ou não aprovadas pelos órgãos de governança da Companhia, principalmente nas prestações de serviços para construções de ativos.

Como nossa auditoria tratou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle dessas transações incluíram, dentre outros: (i) a avaliação da política de transações com partes relacionadas da Companhia e sua aplicação nas principais transações incorridas durante o exercício; (ii) realização de exame da documentação suporte para as transações materiais, incluindo a inspeção de contratos e cálculos preparados pela Administração; (iii) verificação da aprovação das transações pelo Conselho de Administração, de acordo com a política estabelecida pela Companhia; e (iv) realização de procedimento de envio de cartas de confirmação às contrapartes das operações sobre os saldos e contratos vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as transações com partes relacionadas, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento e mensuração das transações com partes relacionadas registradas da Companhia para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Luiz C. Passetti
Contador CRC-1SP144343/O-3

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	51.065	19.729
Clientes	7	11.889	11.214
Despesas antecipadas		2	7
Tributos a recuperar		1	79
Partes relacionadas	13	-	1
Outros créditos		430	424
Total do ativo circulante		63.387	31.454
Não circulante			
Tributos diferidos	11.a	5.231	3.074
Depósitos judiciais	8	1.344	1.173
Imobilizado	9	6.416	5.744
Intangível	10	174.423	190.799
Total do ativo não circulante		187.414	200.790
Total do ativo		250.801	232.244

	Nota		
	explicativa	31/12/2017	31/12/2016
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		5.992	2.382
Debêntures	12	-	161.998
Impostos, taxas e contribuições a recolher		3.004	2.371
Obrigações sociais e trabalhistas		2.456	1.400
Partes relacionadas - fornecedores	13	2.116	921
Imposto de renda e contribuição social a pagar		2.180	3.042
Dividendos a pagar e juros sobre o capital próprio a pagar	17.c	600	179
Provisão para manutenção	14	10.326	4.292
Obrigações com Poder Concedente	15	723	603
Outras contas a pagar		247	310
Total do passivo circulante		27.644	177.498
Não circulante			
Debêntures	12	151.294	-
Provisão para manutenção	14	8.780	9.961
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	16	1.405	1.098
Outras contas a pagar		1.216	907
Total do passivo não circulante		162.695	11.966
Patrimônio líquido			
Capital social	17.a	35.141	27.600
Reserva de lucros - legal	17.b	7.028	5.520
Reserva de capital - plano de opção com base em ações		509	433
Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	17.c	17.784	9.227
Total do patrimônio líquido		60.462	42.780
Total do passivo e patrimônio líquido		250.801	232.244

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
Receita líquida	18	299.755	247.916
Custo dos serviços prestados	19	(115.003)	(93.048)
Lucro bruto		184.752	154.868
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	19	(17.463)	(17.354)
Outras receitas (despesas), líquidas		(8)	1
		(17.471)	(17.353)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		167.281	137.515
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	20	3.676	3.456
Despesas financeiras	20	(19.612)	(24.804)
		(15.936)	(21.348)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		151.345	116.167
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	11.b	(52.691)	(38.587)
Diferidos	11.b	2.157	(11)
		(50.534)	(38.598)
Lucro líquido do exercício		100.811	77.569
Lucro líquido por ação (em R\$) - básico e diluído	21	3,04	2,81

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido do exercício	100.811	77.569
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>100.811</u>	<u>77.569</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Reserva de capital		Reservas de lucros		Total	
		Capital social	Plano de opção com base em ações	Legal	Dividendos adicionais propostos		Lucros acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2015		27.600	433	5.520	12.877	-	46.430
Dividendos pagos (R\$0,47 por ação)	17.c	-	-	-	(12.877)	-	(12.877)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	77.569	77.569
Destinação do lucro:							
Juros sobre o capital próprio pagos (R\$0,09 por ação)	17.c	-	-	-	-	(2.491)	(2.491)
Dividendos intermediários pagos (R\$2,39 por ação)	17.c	-	-	-	-	(65.851)	(65.851)
Constituição para reserva de dividendos (R\$0,33 por ação)	17.c	-	-	-	9.227	(9.227)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		27.600	433	5.520	9.227	-	42.780
Aumento de capital		7.541	-	-	-	-	7.541
Opções de ações outorgadas reconhecidas		-	76	-	-	-	76
Dividendos pagos (R\$0,47 por ação)	17.c	-	-	-	(9.227)	-	(9.227)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	100.811	100.811
Destinação do lucro:							
Reserva legal		-	-	1.508	-	(1.508)	
Juros sobre o capital próprio pagos (R\$0,09 por ação)	17.c	-	-	-	-	(2.744)	(2.744)
Dividendos intermediários pagos (R\$2,39 por ação)	17.c	-	-	-	-	(78.775)	(78.775)
Constituição para reserva de dividendos (R\$0,33 por ação)	17.c	-	-	-	17.784	(17.784)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		35.141	509	7.028	17.784	-	60.462

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2017	31/12/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	100.811	77.569
Ajustes para reconciliar o lucro líquido		
com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	40.173	33.239
Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	9	-
Encargos financeiros e variação monetária sobre debêntures	16.298	23.070
Constituição de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	563	(751)
Atualização monetária para perdas cíveis e trabalhistas	147	(1.299)
Constituição de provisão para manutenção	7.512	6.491
Atualização monetária de provisão para manutenção	2.132	1.646
Plano de opção com base em ações	76	-
Obrigações com Poder Concedente	4.266	4.043
Capitalização de juros	(635)	-
Levantamento de depósitos judiciais	69	824
Atualização monetária de depósitos judiciais	(62)	(186)
Tributos diferidos	(2.157)	11
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	1	(5)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	52.691	38.587
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Clientes	(676)	(1.394)
Tributos a recuperar	78	259
Despesas antecipadas	5	191
Outros créditos e outras contas a receber	(6)	21
Depósitos judiciais	(178)	(191)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	3.610	405
Obrigações sociais e trabalhistas	1.056	(178)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	633	151
Partes relacionadas - fornecedores	1.196	(3.056)
Pagamentos de perdas cíveis e trabalhistas	(403)	(549)
Pagamento de manutenção	(4.791)	(6.367)
Outras contas a pagar	246	(409)
Pagamento de obrigações com poder concedente	(4.146)	(4.317)
Imposto de renda e contribuição social	(53.553)	(36.317)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>164.965</u>	<u>131.488</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(1.523)	(777)
Aquisição de intangível	(22.320)	(14.431)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(23.843)</u>	<u>(15.208)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	7.541	-
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(90.325)	(81.135)
Juros pagos	(27.002)	(27.037)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(109.786)</u>	<u>(108.172)</u>
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>31.336</u>	<u>8.108</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	19.729	11.621
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	51.065	19.729
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>31.336</u>	<u>8.108</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (“Ecovia” ou “Companhia”) foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia BR-277, km 60,5. As ações da Companhia não são negociadas em Bolsa de Valores.

A concessão, pelo prazo inicial de 24 anos (o prazo final da concessão é 13 de novembro de 2021), mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios. As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 15.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 19 de fevereiro de 2018.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, na Nota Explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras da Companhia apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação--Continuação

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Reais, a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados:

a) Instrumentos financeiros

i) *Ativos financeiros*

Ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; (iii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iv) ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, instrumentos financeiros.

Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação:

· Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, e outros recebíveis. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A amortização do método de juros efetivos ou despesas financeiras (perdas por redução ao valor recuperável) é apresentada na conta do resultado financeiro da demonstração do resultado.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

i) *Ativos financeiros*--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado principalmente quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Passivos financeiros*

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de debêntures e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem debêntures e contas a pagar, são acrescidos de custo da transação diretamente relacionado.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

· Empréstimos

Após reconhecimento inicial, empréstimos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

· Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Passivos financeiros*--Continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

iii) *Instrumentos financeiros - apresentação líquida*

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Até 31 de dezembro de 2017 não houve indenização relevantes.

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

c) Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

e) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

f) Normas, alterações e interpretações de normas

- (i) As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência:

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 9 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes	A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016, e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS. A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. O Grupo planeja adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo completo.	Até o momento, a Companhia não identificou impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas em relação ao reconhecimento da receita exigidas pela IFRS 15.
IFRS 16 - Arrendamento (vigência a partir de 01/01/2019)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 16 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 10 e à IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (<i>joint venture</i>)	As alterações abordam o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 no tratamento da perda de controle de uma subsidiária que é vendida ou contribuída a uma associada ou a um empreendimento controlado em conjunto (<i>joint venture</i>). As alterações esclarecem que o ganho ou a perda resultantes da venda ou contribuição de ativos que constituem um negócio, conforme definido na IFRS 3, entre um investidor e sua associada ou <i>joint venture</i> , são reconhecidos(as) na íntegra. Qualquer ganho ou perda resultantes da venda ou contribuição de ativos que não constituam um negócio, no entanto, são reconhecidos(as) somente na extensão das participações de investidores não relacionados na associada ou <i>joint venture</i> .	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 10 e IAS 28 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
IFRS 2 Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações – Alterações à IFRS 2	O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e o tratamento contábil quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 2 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Interpretação IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda	A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre a renda quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afete a aplicação da IAS 12, e não se aplica a impostos ou exações alheias ao âmbito da IAS 12, nem inclui, de forma específica, as exigências relativas a juros e multas associadas a incertezas no tratamento aplicável aos tributos.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 23 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais usos de estimativas e julgamento

A Administração da Companhia estabelece estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; e
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Contabilização do Contrato de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais usos de estimativas e julgamento--Continuação

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão.

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais uso de estimativas e julgamento--Continuação

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- (a) Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 11,8% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.
- (b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 15.

5. Reclassificações efetuadas pela Administração da Companhia

A Administração da Companhia realizou a reclassificação de R\$2.581 entre as rubricas de "Imobilizado" e "Intangível" para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Tal reclassificação tem por objetivo adequar a apresentação da rubrica "Edificações".

	Originalmente divulgado	Reclassificação	Reapresentado
Imobilizado	8.325	(2.581)	5.744
Intangível	188.218	2.581	190.799
	196.543	-	196.543

A Administração da Companhia realizou a reclassificação de (R\$4.317) na Demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 2016. Tal reclassificação tem por objetivo adequar a apresentação da rubrica "Pagamento com Poder Concedente".

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5. Reclassificações efetuadas pela Administração da Companhia--Continuação

	Originalmente divulgado	Reclassificação	Reapresentado
Fluxo de caixa nas atividades operacionais			
Pagamento de obrigações com Poder Concedente	-	(4.317)	(4.317)
Fluxo de caixa nas atividades de financiamento			
Pagamento de obrigações com Poder Concedente	(4.317)	4.317	-
	<u>(4.317)</u>	<u>-</u>	<u>(4.317)</u>

6. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos:	4.384	5.079
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	42.130	6.722
Aplicações compromissadas (b)	-	5.927
Aplicações automáticas (c)	4.551	2.001
	<u>51.065</u>	<u>19.729</u>

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de dezembro de 2017, a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 59,7% em Certificado de Depósito Bancário, 23,3% em Operações Compromissadas, 1,3% em Letra Financeira e 15,7% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2016 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 30,3% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 60,8% em Operações Compromissadas, 3,9% em Letra Financeira (LF) e 5,0% em Títulos Públicos).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 98,9% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais (100,7% em 31 de dezembro de 2016).

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas eram remuneradas à taxa de 90% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2016, sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possuía liquidez imediata e por estarem vinculadas a operações compromissadas não geravam custos de IOF e são realizadas quando há necessidade de utilização de recursos em prazos menores de 30 dias. Em 31 de dezembro de 2017 não havia valores para essa modalidade.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

(c) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o Grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis, mantendo essa modalidade com a taxa média de 2% do CDI (aplicações com permanência entre 1 e 29 dias), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.

7. Clientes

Representados por faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Pedágio eletrônico (a)	11.653	11.100
Receitas acessórias (b)	237	114
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD (c)	(1)	-
	<u>11.889</u>	<u>11.214</u>

(a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.

(b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos nos contratos de concessão.

(c) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias no qual a Companhia está inserida estabelece que a constituição de PECLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 120 dias.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
A vencer	11.863	11.210
Vencidos:		
Até 30 dias	7	3
De 31 a 120 dias	19	1
Acima de 120 dias	1	-
	<u>11.890</u>	<u>11.214</u>

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Clientes--Continuação

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo inicial	-	5
Constituição de PECLD no exercício	1	3
Valores recuperados no exercício	-	(8)
	<u>1</u>	<u>-</u>

8. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo no início do exercício	1.173	1.620
Adições	178	191
Baixas	(69)	(824)
Atualização monetária	62	186
Saldo no fim do exercício	<u>1.344</u>	<u>1.173</u>

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores em milhares de reais)

9. Imobilizado

Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas médias de depreciação para cada grupo de ativo.

	Taxas médias anuais de depreciação - %	Custo				Depreciação					Residual		
		Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016
Hardwares	5,6	12.641	237	(321)	-	12.557	(10.882)	(697)	313	-	(11.266)	1.291	1.759
Maquinas e equipamentos	6,3	2.287	381	(67)	-	2.601	(1.710)	(151)	66	-	(1.795)	806	577
Móveis e utensílios	6,1	1.190	33	(9)	-	1.214	(914)	(73)	9	-	(978)	236	276
Veículos	14,6	1.557	-	-	-	1.557	(1.044)	(228)	-	-	(1.272)	285	513
Instalações	9,4	4.125	451	-	778	5.354	(1.554)	(481)	-	4	(2.031)	3.323	2.571
Terrenos	-	48	-	-	-	48	-	-	-	-	-	48	48
Outros	3,9	1.819	421	(60)	-	2.180	(1.819)	(77)	60	83	(1.753)	427	-
		23.667	1.523	(457)	778	25.511	(17.923)	(1.707)	448	87	(19.095)	6.416	5.744

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores em milhares de reais)

9. Imobilizado--Continuação

Política contábil--Continuação

	Taxas médias anuais de depreciação - %	Custo			Depreciação			Residual			
		Saldos em 31/12/2015	Adições	Transf.	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Transf.	Saldos em 31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Hardwares	7,8	12.340	301	-	12.641	(9.910)	(972)	-	(10.882)	1.759	2.430
Maquinas e equipamentos	7,0	1.989	297	1	2.287	(1.561)	(149)	-	(1.710)	577	428
Móveis e utensílios	6,2	1.183	9	(2)	1.190	(841)	(73)	-	(914)	276	342
Veículos	20,4	1.557	-	-	1.557	(726)	(318)	-	(1.044)	513	831
Instalações	10,7	3.954	170	1	4.125	(1.119)	(434)	(1)	(1.554)	2.571	2.835
Terrenos	-	48	-	-	48	-	-	-	-	48	48
Outros	4,0	3.497	-	(1.678)	1.819	(1.746)	(73)	-	(1.819)	-	1.751
		<u>24.568</u>	<u>777</u>	<u>(1.678)</u>	<u>23.667</u>	<u>(15.903)</u>	<u>(2.019)</u>	<u>(1)</u>	<u>(17.923)</u>	<u>5.744</u>	<u>8.665</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos, ou de processos de qualquer natureza.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores em milhares de reais)

10. Intangível

Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

	Taxas médias anuais de amortização %	Custo				Amortização					Residual		
		Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016
Contratos de concessão	(*)	350.477	17.827	-	7.481	375.785	(167.872)	(38.267)	-	(87)	(206.226)	169.559	182.602
Intangível em andamento	-	7.620	4.824	-	(8.259)	4.185	-	-	-	-	-	4.185	7.620
Softwares de terceiros	11,3	1.618	304	(16)	-	1.906	(1.044)	(199)	16	-	(1.227)	679	574
		359.715	22.955	(16)	(778)	381.876	(168.916)	(38.466)	16	(87)	(207.453)	174.423	190.799

	Taxas médias anuais de amortização %	Custo				Amortização					Residual	
		Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Transf.	Saldos em 31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Contratos de concessão	(*)	342.149	1.921	-	6.407	350.477	(136.769)	(31.104)	1	(167.872)	182.605	205.380
Intangível em andamento	-	235	12.114	-	(4.729)	7.620	-	-	-	-	7.620	235
Softwares de terceiros	8,2	1.222	396	-	-	1.618	(928)	(116)	-	(1.044)	574	294
		343.606	14.431	-	1.678	359.715	(137.697)	(31.220)	1	(168.916)	190.799	205.909

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. A taxa média de amortização em 31 de dezembro de 2017 é 10,43% (8,90% em 31 de dezembro de 2016).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram capitalizados R\$635 de encargos financeiros (R\$0 em 31 de dezembro de 2016).

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores em milhares de reais)

11. Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a) *Tributos diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017	31/12/2017
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	373	250	(146)	477	104
Provisão para férias e encargos de diretores	100	87	(6)	181	81
Provisão para manutenção ICPC01	5.052	2.322	(672)	6.702	1.650
Juros capitalizados	(437)	(94)	6	(525)	(88)
Efeito Lei nº 12.973/14 - Extinção RTT (*)	(2.014)	-	410	(1.604)	410
Imposto de renda e contribuição social diferido - ativo/(passivo)	3.074	2.565	(408)	5.231	
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferido					2.157

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores em milhares de reais)

11. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Política contábil--Continuação

a) *Tributos diferidos--Continuação*

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
2017	-	250
2018	1.515	498
2019	1.335	420
2020	1.245	420
Após 2020	1.136	1.486
	5.231	3.074

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

b) *Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social*

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	151.345	116.167
Alíquota	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(51.458)	(39.497)
Juros sobre o capital próprio	933	847
Despesas indedutíveis	(2)	(118)
Incentivos fiscais (PAT)	128	147
Gratificações diretores	(159)	-
Outros	24	23
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(50.534)	(38.598)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(52.691)	(38.587)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	2.157	(11)
Taxa efetiva	33,4%	33,2%

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores em milhares de reais)

12. Debêntures

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Principal corrigido	147.496	143.000
Remuneração (juros)	3.798	19.000
Custos com emissão de debêntures (*)	-	(2)
	<u>151.294</u>	<u>161.998</u>
Circulante	-	161.998
Não circulante	151.294	-

(*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo inicial do exercício	161.998	165.965
Juros pagos	(27.002)	(27.037)
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 20)	16.298	23.070
Saldo final do exercício	<u>151.294</u>	<u>161.998</u>

Em 4 de novembro de 2014, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$143 milhões, sem atualização monetariamente. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de: (i) da data da emissão a 04/03/16 105,7% do CDI - quitado (ii) de 04/03/2016 a 15/05/17 115,0% do CDI, quitado (iii) de 15/05/2017 a 15/05/19 106,5% do CDI, e amortização em parcela única na data de vencimento 15 de maio de 2019. A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

O índice financeiro exigido na escritura é: Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses igual ou inferior a 3,5x, calculado trimestralmente com base nas demonstrações financeiras da Emissora. O índice medido em 31 de dezembro de 2017 é 0,47x (índice não auditado pelos auditores independentes).

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo, todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores em milhares de reais)

12. Debêntures--Continuação

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2017		
	Parcela	Custo	Total
2018	-	-	-
2019	151.294	-	151.294
	151.294	-	151.294

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Concessionária Ecovia Caminho do Mar	Debêntures - Série Única - 1ª Emissão	04/11/2014	143.000	233	142.767	106,5% CDI	12,05% a.a.

13. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, e serviços de consultoria.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's lenght basis*).

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores em milhares de reais)

13. Partes relacionadas--Continuação

Companhia	Natureza	Ativo Não circulante Intangível	Passivo circulante	Resultado	
				Custo	Despesas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	-	1.569	13.061	6.729
TB Transportadora Betumes Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	6.225	531	-	-
CBB Ind.e Com.de Asfaltos e Engenharia Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	226	16	-	-
Total em 31 de dezembro de 2017		6.451	2.116	13.061	6.729
Total em 31 de dezembro de 2016		4.366	921	11.155	7.393

(a) A controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$38.337, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. Em 31 de dezembro de 2017, há um saldo em aberto de R\$1.569 (R\$870 em 31 de dezembro de 2016).

(b) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$75.398, incluindo o aditivo contratual. O prazo para execução desses serviços é de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2017, há um saldo de serviços a realizar de R\$21.727. Os saldos em aberto a pagar R\$547 (sobre os serviços já realizados) tem vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados e plano de opções com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 no montante R\$1.835.

A Administração da Companhia convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano de 2018, para entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2018. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a retificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 1.901, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras. A diferença entre o valor aprovado e o efetivamente pago ocorreu em virtude da valorização das ações da EcoRodovias, base para o pagamento da remuneração baseada em ações (*Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock*).

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores em milhares de reais)

13. Partes relacionadas--Continuação

Remuneração dos administradores--Continuação

A remuneração provisionada aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Remuneração (fixa/variável)	1.214	-
Plano de opção com base em ações	76	-
Seguro de vida	3	-
Assistência saúde	95	-
Previdência privada	60	-
Remuneração baseada ações (<i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i>)	180	-
INSS (sobre salários, plano de retenção e ILP (PSO+PRS))	273	-
	<u>1.901</u>	<u>-</u>

14. Provisão para manutenção

Os valores registrados como custo de provisão de manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente com a taxa de 11,8% ao ano. Os valores são provisionados por trecho de rodovia e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrado a seguir.

Os saldos da provisão para manutenção estão distribuídos como segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2017</u>
Constituição da provisão para manutenção	74.463	9.263	-	-	83.726
Efeito a valor presente sobre a constituição	(15.888)	(1.751)	-	-	(17.639)
Realização da manutenção	(52.913)	-	(4.791)	-	(57.704)
Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº 20)	8.591	-	-	2.132	10.723
	<u>14.253</u>	<u>7.512</u>	<u>(4.791)</u>	<u>2.132</u>	<u>19.106</u>
Circulante	<u>4.292</u>				<u>10.326</u>
Não circulante	<u>9.961</u>				<u>8.780</u>

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores em milhares de reais)

14. Provisão para manutenção--Continuação

	<u>31/12/2015</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2016</u>
Constituição da provisão para manutenção	65.531	8.932	-	-	74.463
Efeito a valor presente sobre a constituição	(13.447)	(2.441)	-	-	(15.888)
Realização da manutenção	(46.546)	-	(6.367)	-	(52.913)
Ajuste a valor presente - realizações	6.945	-	-	1.646	8.591
	<u>12.483</u>	<u>6.491</u>	<u>(6.367)</u>	<u>1.646</u>	<u>14.253</u>
Circulante	<u>4.326</u>				<u>4.292</u>
Não circulante	<u>8.157</u>				<u>9.961</u>

15. Obrigações com poder concedente

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Verba de Fiscalização (a)	<u>257</u>	248
Verba Polícia Rodoviária (b)	<u>466</u>	355
	<u>723</u>	<u>603</u>

(a) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato. Em 31 de dezembro de 2017, o valor atualizado mensal é de R\$257 (R\$248 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia recolhe à título de taxa de fiscalização, mensalmente a AGEPAR (Agência Reguladora do Paraná), o valor correspondente a 0,5% da receita de arrecadação de pedágio.

(b) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo no início do exercício	<u>603</u>	877
Custo (vide Nota Explicativa nº 19)	<u>4.266</u>	4.043
Pagamento	<u>(4.146)</u>	(4.317)
Saldo no fim do exercício	<u>723</u>	<u>603</u>

A Companhia estima montante relacionado, em 31 de dezembro de 2017, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do contrato de concessão. Esse valor poderá ser alterado em razão de adequação contratual e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores em milhares de reais)

15. Obrigações com poder concedente--Continuação

Natureza dos custos	Previsão de 2017 ao fim da concessão	
	31/12/2017	31/12/2016
	Previsão de 2017 a 2021	Previsão de 2016 a 2021
Melhorias na infraestrutura	64.374	74.129
Conservação especial (manutenção)	44.383	48.232
Equipamentos	11.090	11.265
	119.847	133.626

Informações adicionais sobre o contrato de concessão

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A Concessionária e o Poder Concedente - DER/PR firmaram, em 6 de setembro de 2017, 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 076/97, mediante o qual as partes promoveram o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e acordaram o encerramento das demandas judiciais relacionadas ao tema.

Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face a solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie a existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

16. Provisão para perdas cíveis e trabalhistas

Política contábil

A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores em milhares de reais)

16. Provisão para perdas cíveis e trabalhistas--Continuação

Política contábil--Continuação

A movimentação da provisão no exercício é conforme segue:

	<u>Cíveis (a)</u>	<u>Trabalhistas (b)</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2016	638	460	1.098
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	336	227	563
(-) Pagamentos	(138)	(265)	(403)
(+) Atualização monetária	42	105	147
Saldos em 31 de dezembro de 2017	878	527	1.405
	<u>Cíveis (a)</u>	<u>Trabalhistas (b)</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2015	3.335	362	3.697
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(915)	164	(751)
(-) Pagamentos	(430)	(119)	(549)
(+) Atualização monetária	(1.352)	53	(1.299)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	638	460	1.098

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível totalizando R\$9.561 em 31 de dezembro de 2017 (R\$7.062 em 31 de dezembro de 2016), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2017, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$3.940 (R\$4.452 em 31 de dezembro de 2016), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(c) Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não existem processos de natureza tributária, os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2017 é de R\$35.141 e em 31 de dezembro de 2016 é de R\$27.600, representado por 35.141.000 e 27.600.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal respectivamente.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores em milhares de reais)

17. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

Em 23 de fevereiro de 2017 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$6.366.000 (seis milhões, trezentos e sessenta e seis mil reais), mediante a emissão, nessa data, de 6.366.000 (seis milhões, trezentos e sessenta e seis mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

Em 22 de novembro de 2017 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$1.175.000 (um milhão, cento e setenta e cinco mil reais), mediante a emissão, nesta data, de 1.175.000 (um milhão, cento e setenta e cinco mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

b) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo é de R\$7.028 (R\$5.520 em 31 de dezembro de 2016), sendo esse saldo o limite de constituição de reserva legal.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos pagos até 31 de dezembro de 2017 no valor de R\$ 90.325, refere-se a R\$9.227 saldo de dividendos remanescentes de 2016, já aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 28 de março de 2017 e 29 de maio de 2017, R\$78.775 dividendos intermediários do exercício de 2017 e R\$2.744 (dos R\$2.744 contabilizados) a título de juros sobre capital próprio do exercício de 2017. O saldo de R\$600 de juros sobre capital próprio está registrado no passivo circulante e a Companhia tem a expectativa de pagar o valor em menos de 12 meses.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores em milhares de reais)

17. Patrimônio líquido--Continuação

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio--Continuação

O cálculo dos dividendos referentes aos exercícios findos são como segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido do exercício	100.811	77.569
Reserva legal	(1.508)	-
Base de cálculo dos dividendos	<u>99.303</u>	<u>77.569</u>
Proposta da Administração:		
Dividendos intermediários pagos	(78.775)	(65.851)
Juros sobre o capital próprio pagos	(2.744)	(2.491)
Dividendos adicionais propostos (*)	<u>17.784</u>	<u>9.227</u>

(*) Os dividendos adicionais propostos sobre ações ordinárias estão sujeitos à aprovação na assembleia geral anual e não são reconhecidos como passivo em 31 de dezembro de 2017.

18. Receita líquida

Política contábil

Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- (a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico.
- (b) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.
- (c) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores em milhares de reais)

18. Receita Líquida--Continuação

Política contábil--Continuação

Receitas--Continuação

A composição da receita operacional está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receitas com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	124.409	113.776
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	127.783	105.515
Vale-pedágio	51.114	37.795
	<u>303.306</u>	<u>257.086</u>
Receitas de construção (c)	21.719	11.798
Receitas acessórias (b)	1.727	1.357
Receita bruta	<u>326.752</u>	<u>270.241</u>
Deduções de receita bruta	<u>(26.997)</u>	<u>(22.325)</u>
Receita líquida	<u>299.755</u>	<u>247.916</u>
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Base de cálculo de impostos		
Receitas com arrecadação de pedágio	303.306	257.086
Receitas acessórias	1.727	1.357
	<u>305.033</u>	<u>258.443</u>
Deduções		
Cofins (3%)	(9.151)	(7.753)
PIS (0,65%)	(1.983)	(1.680)
ISS (2% a 5%)	(15.216)	(12.892)
Devoluções e abatimentos	(647)	-
	<u>(26.997)</u>	<u>(22.325)</u>

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores em milhares de reais)

19. Custos e despesas operacionais - por natureza

	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal	12.489	10.784
Conservação e manutenção	10.622	10.297
Serviços de terceiros (*)	30.062	28.344
Seguros	1.126	1.243
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 15)	4.266	4.043
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 14)	7.512	6.491
Custos de construção de obras	21.719	11.798
Depreciações e amortizações (vide Notas Explicativas nº 9 e nº 10)	40.173	33.239
Locação de imóveis e máquinas	709	916
Outros custos e despesas operacionais	3.788	3.247
	132.466	110.402
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	115.003	93.048
Despesas gerais e administrativas	17.463	17.354
	132.466	110.402

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulância, resgates e remoções e serviços de consultoria e assessoria.

20. Resultado financeiro

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	2.978	2.053
Atualização monetária créditos fiscais	63	1.201
Juros capitalizados	635	-
Outras	-	202
	3.676	3.456
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(16.298)	(23.006)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(2)	(64)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(2.132)	(1.646)
Outras	(1.180)	(88)
	(19.612)	(24.804)
Resultado financeiro, líquido	(15.936)	(21.348)

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores em milhares de reais)

21. Lucro por ação

a) Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	<u>100.811</u>	<u>77.569</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>33.165</u>	<u>27.600</u>
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>3,04</u>	<u>2,81</u>

b) Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, pois o plano de opção é da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Dívida (a)	152.017	162.601
Caixa e equivalentes de caixa	<u>(51.065)</u>	<u>(19.729)</u>
Dívida líquida	<u>100.952</u>	<u>142.872</u>
Patrimônio líquido (b)	<u>60.462</u>	<u>42.780</u>
Índice de endividamento líquido	1,67	3,34

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores em milhares de reais)

22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Gestão de capital--Continuação

- (a) A dívida é definida como debêntures e obrigações com Poder Concedente, conforme detalhados nas Notas Explicativas nºs 12 e 15.
- (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, remunerados a taxa de 98,9% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços (em 31 de dezembro de 2016 era 100,7% do CDI).
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- As obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017 são como segue:

	Classificação	Contábil	Mercado
Ativos			
Caixa e bancos (b)	Empréstimos e recebíveis	4.384	4.384
Clientes (a)	Empréstimos e recebíveis	11.889	11.889
Aplicações financeiras (b)	Empréstimos e recebíveis	46.681	46.681
Passivos:			
Fornecedores (a)	Outros passivos financeiros	5.992	5.992
Obrigações com Poder Concedente	Outros passivos financeiros	723	723
<i>Phantom Stock Option</i> (c)	Outros passivos financeiros	247	247

- (a) Os saldos das rubricas de "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (b) Os saldos de caixa e aplicações financeiras aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (c) O valor do *phantom stock option* está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores em milhares de reais)

22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco da taxa de juros.

b) *Risco de taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) *Risco de crédito*

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Na Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

Afim de mitigar os riscos de crédito, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava valores a receber da companhia Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$9.738 (R\$9.804 em 31 de dezembro de 2016), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores em milhares de reais)

22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Gestão de riscos--Continuação

d) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez decorre da escolha pela Companhia entre o capital próprio (retenção de lucros e/ou aportes de capital) e capital de terceiros para financiar suas operações. A Companhia gerencia tais riscos através de um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto prazo, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures	106,5 % do CDI	19.328	147.260	-	-

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indicador das debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras	Baixa do CDI (a)	2.266	1.700	1.133
Juros sobre debêntures	Alta do CDI (b)	(19.185)	(21.902)	(24.622)
		(16.919)	(20.202)	(23.489)

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores em milhares de reais)

22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Análise de sensibilidade--Continuação

Risco de variação nas taxas de juros--Continuação

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	6,80%	5,10%	3,40%
CDI (b)	6,80%	8,50%	10,20%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Senhores Acionistas

A Administração da Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de sua acionista o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Mensagem da Administração

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (“Ecovia” ou “Companhia”) foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km. Ao todo, integram três rodovias: (a) BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) PR-407, trecho desde a BR-277 até Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

A concessão, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios.

Para finalizar, por mais este ano, a Ecovia Caminho do Mar agradece aos seus colaboradores pela dedicação e comprometimento nas metas empresariais, aos seus acionistas diretos e indiretos, sempre confiantes na gestão da Companhia, e ao apoio dos usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais instituições e parceiros.

PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas práticas são apresentadas na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras.

RESULTADOS OPERACIONAIS – TRÁFEGO

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 18.262 mil em 2017, aumento de 13,5%, decorrente principalmente do maior volume de tráfego comercial em função das exportações de grãos no Porto de Paranaguá, e do aumento do volume de tráfego de passeio devido ao clima favorável.

O reajuste contratual das tarifas de pedágio foi de 3,8% em 01/12/2017.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$326,8 milhões em 2017, 20,9% superior a 2016. As deduções sobre a receita bruta totalizaram R\$26,3 milhões, superior 18,0% quando comparado com o exercício anterior.

Receita de Pedágio - crescimento de 18,0%, resultante dos reajustes contratuais nas tarifas de pedágio e maior fluxo de veículos.

Receita Acessória – totalizou R\$1,7 milhão, crescimento de 27,3% devido a receitas provenientes do uso da faixa de domínio.

Receita de Construção – atingiu R\$21,7 milhões, principalmente, devido à conclusão de obras contratuais.

Para mais informações sobre a receita bruta, vide nota explicativa da Demonstração Financeira da Companhia.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida atingiu R\$299,8 milhões em 2017, excluindo a receita de construção a receita líquida pró-forma foi de R\$278,0 milhões, aumento de 17,8% em relação a 2016.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas administrativas tiveram redução 20,0% totalizando R\$132,5 milhões. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$63,1 milhões, 7,0% superior a 2016. As variações observadas foram:

Pessoal: R\$12,5 milhões em 2017, aumento de 15,8%, reflexo principalmente, da readequação da estrutura de pessoal dessa concessão.

Conservação e Manutenção: R\$10,6 milhões em 2017, 3,2% superior a 2016, resultante dos reajustes contratuais com fornecedores de manutenção de pavimento;

Serviços de terceiros: R\$30,1 milhões em 2017, 6,1% superior a 2016, devido a readequação de contratos de prestação de serviços pela EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (controladora direta da Companhia) e reajustes contratuais com fornecedores;

Poder Concedente, Seguros e Locações: R\$6,1 milhões em 2017, 1,6% inferior a 2016, devido a redução em locações de equipamentos.

Outros: R\$3,8 milhões em 2017, 16,7% superior a 2016, devido ao aumento de despesas com combustíveis para frota e constituição de contingências;

Depreciação e Amortização: R\$40,2 milhões em 2017, 20,9% superior a 2016, devido à maior base de ativos durante o ano de 2017 e atualização da curva de tráfego para amortização de intangíveis;

Provisão para Manutenção: R\$7,5 milhões em 2017, aumento de 15,7% na previsão dos programas futuros para manutenção e renovação dos pavimentos das rodovias, dentro dos critérios estabelecidos pelas normas contábeis; e

Custo de construção de obras: R\$21,7 milhões em 2017, 84,1% superior a 2016, principalmente, devido à conclusão de obras contratuais.

Para mais informações sobre os Custos Operacionais e Despesas Administrativas, vide Nota Explicativa da Demonstração Financeira da Companhia.

EBITDA e MARGEM EBITDA

O EBITDA em 2017 foi de R\$207,5 milhões (margem EBITDA de 69,2%). O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$215,0 milhões com crescimento de 21,3% e margem EBITDA de 77,3%.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$15,9 milhões, inferior em 25,4 % devido a redução da variação do CDI (indexador das debêntures), quando comparado com o mesmo período de 2016.

Para mais informações sobre o Resultado Financeiro, vide Nota Explicativa da Demonstração Financeira da Companhia.

LUCRO LÍQUIDO

Em 2017, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$100,8 milhões, 30,0% superior a 2016.

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

A Companhia encerrou dezembro de 2017 com saldo de caixa, bancos e aplicações financeiras de R\$51,1 milhões. A dívida bruta (composta por debêntures) atingiu R\$151,3 em 31 de dezembro de 2017, sendo a totalidade no longo prazo.

A dívida com o poder concedente era de R\$723 mil em 31 de dezembro de 2017.

A dívida líquida encerrou o ano em R\$101,0 milhões com o indicador de Dívida Líquida/EBTIDA Ajustado de 0,5x.

Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide nota explicativa da Demonstração Financeira da Companhia.

CAPEX

O Capex realizado pela Ecovia Caminho do Mar totalizou R\$29,3 milhões em 2017, de acordo com o contrato de concessão

Informações sobre os relatórios de Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., disponível no site da www.ecorodovias.com.br/ri.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2017: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias

Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”). Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$146,4 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.
